



Academia do Conhecimento Portus Cale

REVISTA Portus Cale Nº 4 –

ANO III Junho 2016



EDITORIAL

*Academia do Conhecimento Portus Cale, quanto à sua missão, será no seio da sociedade, a partir da **Cidade Invicta**, criar um movimento cívico de investigação, conhecimento e intervenção social, que aponte para a criação de um novo tipo de sociedade – uma sociedade que dê valor ao social, às pessoas, ao humanismo integral, tendo por base um escopo de conhecimentos que passa pela visão espiritualista e por uma filosofia cooperativista, nelas concentrando-se princípios científicos, espiritualistas, sociais, políticos e económicos, frutos originais do pensamento cultural luso que se tem vindo a projectar ao longo dos últimos nove séculos!*

Não tememos o futuro, porque ele se determina na persistência, que a presente

Academia, se imbuíu na Defesa de uma nova perspectiva social para um projecto global, que contemple uma pátria universal para a Língua Portuguesa que na sua mais viva expressão será, a Lusofonia!

Corpo **Editorial**

Jacinto Alves
Joaquim Paulo
Pedro Jorge Pereira
Miguel Tato
Henrique Doria

Neste Número:

- Jacinto João

- Joaquim Paulo Silva

- David Rocha



Um Pensamento Filosoficamente Científico e Interventivo

A ENTIDADE PORTUGUESA E O PORTUGAL DO FUTURO

1ª. Parte



Há cerca de 23 anos, adquiri uma obra intitulada - "O FATOR MAIA - Um Caminho Além da Tecnologia", publicada pela Editora Cultrix – S. Paulo, Brasil - do escritor e investigador José Arguelles, nascido em 1939 em Rochester, - Estados Unidos. O tema do livro em referência é dedicado ao estudo e análise do Povo Maia e da sua cultura relativamente ao Estudo do posicionamento da Terra e do Sistema Solar em relação ao CENTRO DA GALÁXIA - a nossa Via Láctea!

Trata-se de um trabalho sério e digno de estudo. No final do Século XIX, arqueólogos e pensadores mais "científicos", como Alfred P. Maudslay, Ernest Willem e outros, tinham-se debruçado sobre o sistema

matemático e astronómico dos Maias e por volta de 1927, foi concluída a chamada "correlação Goodeman-Martinez e Hernandez-Thompson " entre a cronologia Maia e Cristã. Isto significava que o "começo" do "Grande Ciclo Maia" tinha sido localizado entre 6 a 13 de Agosto de 3113 a.C. no Calendário Cristão.

Na cronologia Maia a data é escrita: 13.0.0.0.0. Essa mesma data - 13.0.0.0.0., se repetirá novamente em 21 de Dezembro de 2012 d.C. De facto, o que vai exatamente suceder? Eis a grande incógnita! Alinhamento do nosso Sistema Solar com o Centro da nossa Galáxia? Segundo, os Maias, presentemente já estamos "atravessando a radiação galáctica" provindo do Centro da Via Láctea. O "alinhamento" em referência irá ou já está a perturbar os campos magnéticos do Sol e de todos os planetas que formam o nosso Sistema? Penso que sim!

A alteração dos "campos magnéticos da Terra, certamente que vão alterar os movimentos de rotação, translação e oscilação do eixo terrestre e assim os climas (degelo nos Polos) e conseqüentemente a subida dos níveis dos mares, cobrindo partes baixas e importantes das zonas costeiras de diferentes países.

Com a mudança das correntes marítimas influenciadas por perturbações das circulações atmosféricas sem dúvida que já estão ocorrendo importantes fenómenos no mundo e maiores ocorrências se irão sentir a médio e longo prazo que naturalmente irão "mexer" com a flora e a fauna e finalmente com os próprios seres humanos.

Todos estaremos atentos às mudanças que se estão operando no mundo



Certamente que todos nós estaremos atentos a todos os fenómenos que estão ocorrendo e que vão ocorrer. Concluindo: Estamos já numa fase avançada de "mudança" para pior e provavelmente para algumas outras coisas para melhor!

Nós, seres humanos teremos de começar a rever as nossas posições perante nós próprios! Conceitos de religião, de filosofia, política, economia, ecologia estendendo-se igualmente a outros diferentes campos!

É interessante notar de que com as "mudanças" que estão a ocorrer, estas, eventualmente, poderão exercer alguma influência sobre a nossa formação psicossomática – alguns investigadores adiantam (a médica brasileira - Glaci Ribeiro da Silva, autora do livro "O Racionalismo Cristão e a Ciência Experimental – edição Centro Redentor – Brasil – Rio de Janeiro nos seus diversos trabalhos de investigação e quando se refere ao estudo da "Glândula Pineal" classificada pela Ciência Médica como um órgão residual, contudo e atualmente e por via científica estão surgindo novas perspectivas sobre o funcionamento e finalidade daquele órgão!

O Dr. Sérgio Filipe de Oliveira, médico, pesquisador do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de S. Paulo – Brasil, em seus estudos sobre a "pineal", chega à seguinte conclusão: - A "pineal" é um "sensor" capaz de "ver" o mundo espiritual, associando-o à estrutura biológica, sendo uma glândula, portanto, que VIVE o dualismo espírito/matéria.

O cérebro capta o magnetismo externo através daquele órgão. É a glândula Pineal que gere a capacidade intuitiva do ser humano – possivelmente servindo de suporte à atividade mental dos humanos no

que diz respeito à faculdade "telepática"?! Imaginem só! Que implicações extraordinárias virão a existir se as pessoas conseguissem captar os pensamentos dumas e doutras? O mundo seria radicalmente virado às "avessas"! Igualmente pela via mental/espiritual o ser humano poderá vir a ter acesso a novas formas de energias universais que certamente serão diferentes e superiores às energias tradicionais, tais como a eletricidade; a energia nuclear e as energias fósseis!

A origem do povo português representada nas raízes herdadas dos Lusitanos é muito antiga, estando os Portugueses marcados com dois genes muito específicos e únicos. Nós, Portugueses somos os últimos sobreviventes de uma antigüíssima raça ibérica pré-mediterrânica. Segundo a narrativa de Paul Le Cour – 1871/1954, escritor, esotérico e astrólogo francês – "Cadernos de Tradição – Ecos Portugueses da Atlântida, História e Cultura Portuguesa e da Lusofonia, publicação de Manuel J. Gandra – Ano de 2004", dizia-nos que segundo Platão no Timeu num relato de um sacerdote egípcio que uma potência militar se tinha lançado sobre a Europa e a Ásia e que nesse tempo, podia-se atravessar o mar e que havia uma ilha, em frente das Colunas de Hércules, maior que a Líbia e a Ásia reunidas.

Desta ilha podia-se passar para outras ilhas e daí alcançar o continente oposto. Convenhamos que há aqui bastantes alusões que permitem atribuir às ilhas dos Açores (ou antes, àquilo que elas representam que são as ruínas da Atlântida!

O povo português não é ingovernável e muito menos vive além dos seus recursos (conforme certos políticos nos tentam convencer) e muito menos aceitar a



afirmação de que “não se pode esperar muito dele”.

Quando o povo português se torna ingovernável e contrário às políticas vigentes, significa que em Portugal e no presente a qualquer momento poderá eclodir uma forte reação social, cujas consequências serão sempre imprevisíveis (e a nossa História o tem vindo a confirmar) e nessas circunstâncias de ingovernabilidade terá de emergir naturalmente princípios paradigmáticos de auto-preservação e de autorregulação, sendo subjacentes a uma sabedoria ancestral gregária que funciona como um corpo só através do subconsciente coletivo dos Portugueses!

Os Portugueses são descendentes dos Fenícios e filhos originais da casta Lusitana, mas também dos Celtas, tendo ligações Árabes, judaicas e Cristãs.

Na sua globalização os Portugueses cruzaram-se com os Africanos, com os Índios Americanos, com os Asiáticos e com os Indianos. Criaram ou ajudaram a criar países com características muito próprias e de certo modo ligadas à nossa CAUSA que na verdade foi e é igualmente a deles! A globalização portuguesa, o “Porto do Graal” emergiu de pequenas e grandes colónias e feitorias tornadas mais tarde em províncias ultramarinas espalhadas por todo o mundo, o que se poderá concluir que a partir do Conde D. Henrique, pai do Primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques havia um Projeto Global de tornar Portugal não numa metrópole contida num pequeno retângulo geográfico, mas sim satisfazer uma necessidade imperiosa ao mesmo tempo material e espiritual de libertação e expansão e daí a pretensão histórica de “dilatara Fé, o Império e as Terras Viciosas” tornando Portugal no Mítico Porto do Graal

e o mensageiro de uma nova ideia, de uma nova ideologia para o mundo! Realidade que agora no Século XXI, a Lusofonia pretende dar continuidade!

No plano biológico a maioria dos Portugueses (nomeadamente os de descendência lusitana, são portadores de dois genes que marcam a diferença em relação a outros povos de que não dispõem daqueles mesmos genes e são eles: - A25-BIS-DR2, este gene só foi encontrado nos portugueses de origem étnica lusitana, apesar de também existir no Brasil e na América do Norte, sendo que esta propagação se deve, obviamente à tendência dos Portugueses em emigrarem!

O outro gene e o mais particular que prova sermos a população mais antiga na Europa tem o nome de – A26-B38-DR13, (Universidade de Coimbra). Sobre este mesmo gene só se sabe que terá existido nos primeiros ibéricos ocidentais e daí poder-se concluir de eventualmente poderem existir ligações com os sobreviventes da Atlântida que quando do afundamento desta chegaram à Península Ibérica há cerca de 11.500 anos.

A palavra SAUDADE é efetivamente uma palavra com uma profunda e muito antiga significação mítica e naturalmente subjaz de forma inequívoca no inconsciente coletivo do povo português e a recordação oculta do “Paraíso Perdido” que foi a Atlântida e essa recordação foi-se cristalizando ao longo de milhares de anos na mente dos Portugueses e daí a causa ou a razão desse misterioso sentimento que se chama: SAUDADE!

O Sentimento da SAUDADE está intimamente ligado ao conceito de LUSOFONIA e daí ter havido a necessidade da criação de um PROJETO



UNIVERSALISTA (que nasce com os Templários em Portugal) que os primeiros portugueses pretenderam desenvolver e esse mesmo PROJETO UNIVESALISTA tem vindo a ser traduzido por portugueses, tais como: Padre António Vieira; Fernando Pessoa e Agostinho da Silva. Infelizmente esse mesmo Projeto corporizado nos LUSÍADAS do nosso épico Luís de Camões e em MENSAGEM do poeta iniciático Fernando Pessoa e na “História do Futuro” de Vieira tem vindo sistematicamente ser deturpado por maus políticos que em Portugal pretendem transmitir uma falsa democracia que em nada serve o Povo Português e apenas serve os interesses das elites formadas por falsos portugueses que apenas visam a defesa dos seus interesses pessoais e de classe em completa oposição às necessidades reais de um povo simples, honesto e trabalhador que são os Portugueses!

No que diz respeito especificamente na Historiografia Portuguesa à origem e desenvolvimento do Mito do Quinto Império Português divide-se por aqueles que o defendem e aqueles que o consideram pós 25 de Abril de 1974, como meio e fim esgotados e segundo Oliveira Martins, considera que com as liberdades cívicas, o avanço dos costumes e o progresso técnico realizados pelo Liberalismo deram-no como findo, considerando-o uma relíquia do passado ou ainda uma espécie de marca cultural, mítica e mitológica do pretérito histórico de Portugal!

Igualmente nas perspetivas de Lúcio de Oliveira e António Sérgio que com as ocorrências do republicanismo; o positivismo e o racionalismo, esgotaram e mataram o Mito do Quinto Império e com ele, naturalmente o Sebastianismo!

O nosso ilustre escritor e historiador Miguel

Real, no livro de sua autoria – Nova Teoria Sobre o Sebastianismo – – 1ª. Edição – D. Quixote, faz uma extensa análise na base da Historiografia Portuguesa sobre o Mito do Sebastianismo/Quinto Império em que duas correntes de opinião se dividiram entre os investigadores e historiadores portugueses.

Diremos que ambas as partes têm a sua razão, sendo perfeitamente válidas as respetivas teses que defendem, contudo, na nossa opinião e na realidade configura-se uma terceira via a qual dá pleno fundamento ao Mito do Sebastianismo, uma vez que historicamente a introdução da Inquisição em Portugal por D. João III; as Invasões Francesas, no início do Século XIX, dizimaram cerca de 10% da população portuguesa e a Ditadura de mais de 40 anos em Portugal durante o Século XX, pesaram profundamente no espírito coletivo do Povo Português.

Na Historiografia Portuguesa quanto à verdade sobre a consistência, natureza e razão válida que defendem tal mito, agora transformado em teoria e essa teoria convertida em doutrina – a Doutrina da Cidadania Social versus Doutrina do Quinto Império ou seja: a Doutrina da Verdade, cuja apresentação e desenvolvimento é feito no meu segundo livro – “Ensaio Sobre a Doutrina do Quinto Império- Uma Nova Perspetiva Social” publicado em 2013 pela Chiado Editora.

Dando a devida razão a ambas as partes defensoras e não defensoras do Mito do Quinto Império, procurámos desenvolver uma terceira via que efetivamente passa pelo desenvolvimento da espiritualidade do ser humano que apoiado plenamente pela investigação científica procura-se a descoberta e conhecimento do mecanismo das leis universais, as mesmas leis naturais



que regem o nosso próprio mundo e do Universo na sua imensidão cósmica, contendo em si um número incontável de mundos e sistemas estelares, os quais e em conformidade com essas mesmas leis assistem numa escala própria um número, diremos quase infinito de vidas inteligentes. A transformação e a Evolução, são os elementos básicos que dão sustentabilidade à Força Criadora ou Inteligência Universal ou ainda a ação desencadeada pelo Grande Arquiteto do Universo, (Deus) a suprema Causa de tudo quanto existe!

O ser humano ao longo de muitos milhares de anos esteve sempre sujeito a uma constante transformação do seu corpo somático e a uma progressiva evolução do seu espírito passou por uma longa e dolorosa fase de animalidade compreendida pelo instinto e volvidos esses mesmos milhares de anos veio a conquistar um novo atributo espiritual conhecido pelo “livre arbítrio”, portanto, passando a ser detentor da capacidade do raciocínio e de ter a liberdade de tomar decisões por si próprio, ultrapassando assim as barreiras naturais de um universo tridimensional, conseguindo cognitivamente alcançar uma nova dimensão não já física, mas sim pertencente a outras e superiores dimensões do Universo!

Em face da constante evolução espiritual do ser humano, este já está, agora em pleno Século XXI, próximo de se libertar da condição do “livre arbítrio” não precisando deste e deixando de se debater entre o ser e o não ser; o certo e o errado, pois em termos de natureza cósmica o espírito humano atingiu um estado de grande desenvolvimento moral e intelectual que lhe vai permitir pela via da intuição alcançar um conhecimento de si mesmo e do próprio Universo, sabendo perfeitamente qual a sua responsabilidade e função na própria

organização universal, o que numa perspetiva maçónica tornou-se por direito próprio num Arquiteto do Universo!

Este tema foi inspirado na base da narrativa contida no meu terceiro livro – o romance iniciático “ Num Dia do Amanhã” a publicar brevemente. Seria interessante verificar que o grande projeto do Quinto Império Português, sonhado pelo nosso Rei D. Sebastião que na histórica batalha de Alcácer Quibir para a conquista do Norte de África – Marrocos, sofreu uma derrota no dia 4 de Agosto de 1578 na Batalha dos Três Reis que foi travada numa região entre Tânger e Fez. Vejamos então o que iremos encontrar em termos de previsões desenvolvidas no meu já referido novo romance e relativamente ao ano de 2040 sobre Portugal. Portugal passará a dispor de uma superfície marítima e terrestre correspondente à sua antiga ZEE – Zona Económica exclusiva ampliada pela Plataforma Marítima Portuguesa de mais de 3.877.408 kms², área correspondente à superfície da Índia, tornando-se num dos maiores países a nível planetário!

No que se refere à Plataforma Continental Portuguesa, a maior do mundo segundo afirmações do Ilustre Professor Adriano Moreira que no seu livro intitulado – “Memórias do Outono Ocidental – Um Século Sem Bússola”, publicado pela editora Almedina, em Novembro de 2013, a páginas 212, diz-nos:

“ ... O seu reconhecimento pela ONU estava anunciado para 2013, mas como vimos já foi transferido para 2015. Acontece que o Presidente da Comissão Europeia anunciou, como disse, em discurso proferido em Portugal, o projeto em definição de um mar europeu. No caso de este projeto se concretizar antes da aprovação da Plataforma Continental, logo



Academia do Conhecimento Portus Cale

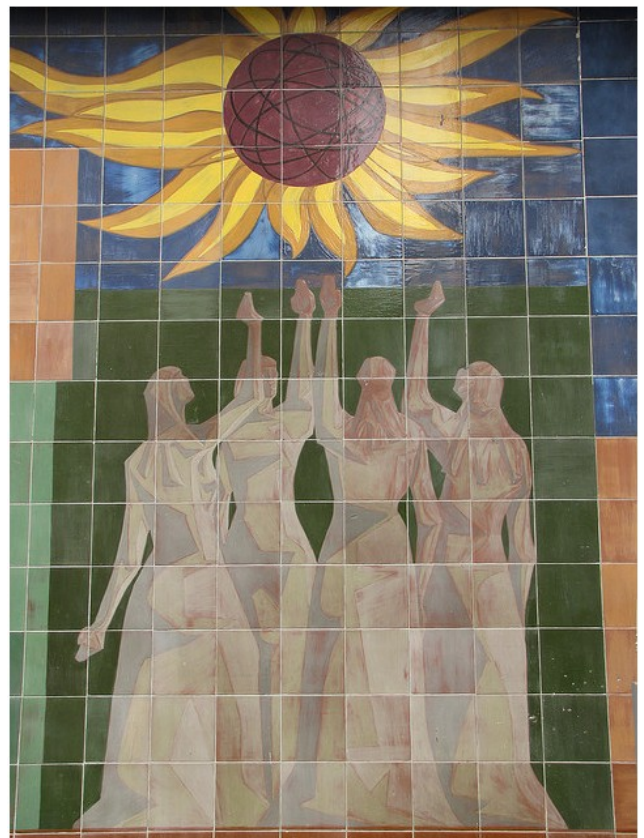
REVISTA Portus Cale Nº 4 –

ANO III Junho 2016

vem à memória 1890, com todos os países da União Europeia a exigirem participação no património então comum ...”

Agora em 2016 temos conhecimento de que ainda nada foi feito pela Comissão Europeia quanto ao reconhecimento da soberania portuguesa sobre a Plataforma Continental. O Professor Adriano Moreira refere-se ao ano de 1890 quando a Inglaterra nos impôs um “ultimato triste e vergonhoso na célebre conferência de Berlim onde a Inglaterra; a Bélgica; a Alemanha e a França disputaram e dividiram então aquele vasto território africano que ligava o Atlântico ao Índico, saindo Portugal verginhosamente derrotado com a disputa do “mapa cor-de-rosa”!

Nós acompanhamos o pensamento do Professor Adriano Moreira! Será que vamos ter um segundo “mapa- cor -de rosa” com a nossa Plataforma Continental? E virmos mais uma vez a sermos esbulhados no nosso “espaço marítimo” pelos países poderosos e gananciosos? É esta a grande questão que vos deixamos! Pensamos ser necessário e oportuno a partir da cidade do Porto criarmos uma Frente Unida Patriótica mobilizando os Portugueses numa ação nacional no sentido de serem defendidos os superiores interesses da Nação e neste caso muito particular o povo português exigir ao Governo de Portugal que assuma uma postura firme, esclarecida e determinada na defesa da **"Plataforma Continental Portuguesa"**



Jacinto Alves – Escritor e ensaísta e membro fundador da ACPC



**A Construção do Paradigma
Eco-Ético e Social
Nas Relações Humanas do Século XXI**



*Valores Fundamentais:
Ética – Humanismo – Espiritualidade –
Filosofia Eco-Social - Cultura*

“ Procurei saber se Erasmus de Roterdão era deste ou daquele partido. Mas alguém respondeu: «Erasmus est homo pro se» “

I O Paradigma Eco- Ético-Social

Abertura

Tenho desenvolvido uma ideia central e chave relativamente à evolução humana que passa pela concretização de um Novo Paradigma, que venho a designar por Eco- Ético e Social.

Eco, porque implica uma nova e urgente relação com a natureza. Ético porque nos impõe uma centralidade dos valores na ação humana, com um outro rigor e vigor. Social porque não há possibilidade de salvação ecológica e ética, na fase de risco total da humanidade, sem uma reorganização social real, baseada na economia suficiente e na abolição da exclusão social.

O século XXI tem de se balizar por estes três pontos centrais, sob pena da própria existência humana.

- A Bifurcação

Um novo Modelo, um outro Pensamento e paradigma diferente, urge desenvolver como alternativa à destruição dos laços, das relações, das economias, das culturas; a reformulação pela preservação do essencial da organização ecológico-social, transformando no entanto o caráter destrutivo que a competição económica e financeira nos lega como molde desta vaga, numa característica cooperativa, partilhada, suficiente, de base económica-social, ou de economia social em escala alargada, controlando a erosão dos nichos ecológicos, e a ditadura da tecnologia.

Chegamos à situação mundo atual, que



Lazlo (...) define exatamente como de Bifurcação (ponto de escolha entre caminhos), de bifurcação económica e social. Porque a origem da bifurcação é a escolha.

Escolha entre dois caminhos:

- Alterações Climáticas/Do ecossistema bio planetário/ Fim das Espécies – Grupo Humano em risco

- Transformações, em consequência: Na dinâmica Populacional/Eco-Social/ Tecnologização do Mundo:

- ✓ - Crise demográfica
- ✓ - Crise ecológica
- ✓ - Estado de Carência Recursos (Organização Social)
- ✓ - Disparidades Económicas
- ✓ - Crise Social, Cultural e de Valores de Civilização
- ✓ - Os quatro mundos (Desigualdade Globalizada)

- Ou se agrupa, reorganiza, transforma os valores, difunde a cultura e a civilização/ou o caos, a desigualdade de uma nova escravatura/ os Estufianos e os Habitantes do mundo Tecnologizado contaminado, tudo se tornará num processo gradual de barbárie e fim da civilização.

Esse é o momento em que se situa, esta bifurcação. Qual dos caminhos, será o ideal para evitar o Caos e potenciar o fim do Grupo Humano?

II. PROBLEMAS DECISIVOS PARA O SÉCULO XXI:

- Agonia Planetária

Ao longo do século XX desenvolveram-se os problemas fundamentais que se tornaram, , de um modo, eco-ética crises de

dimensão mundial em função do processo de globalização ou de compressão. Na economia, na demografia, desenvolvimento/versus/ecologia, nos recursos energéticos tudo está em crise, ou coloca a humanidade em crise.

➤ A desregulação económica mundial

O mercado mundial pode ser considerado como um sistema auto-eco-organizador (Morin, 1993). Ou seja, produz as sua própria organizações e interage com outros sistemas. O problema é que o mercado, como saber económico, se fechou na sua própria bolha, ignorando as demais dimensões antropológicas, sociais, psicológicas e políticas, pelo contrário pela força atratora impõe-se às outras dimensões, desregulando as mesmas.

Numa dialógica mundial a economia mundialização, por entre forças de integração e desintegração, culturais, psíquicas, sociais, políticas, derivadas do próprio sistema neo liberal, ou seja desde 1973, da crise petrolífera que renunciou este nova era mundializada, de economias interdependentes, aonde o poder das nações transita para os grandes centros financeiros, criando, simultaneamente igualdades e desigualdades, mas sobretudo as desigualdades de larga escala mundial entre países e zonas do globo, cavando um fosso enorme entre 10% da população mundial e os outros 90%. Sem regulação é uma espécie de “cavalo doido” que destrói vidas à toa, culturas, economias nacionais e o próprio Estado Social...

Na verdade o crescimento económico, melhor dos mercados financeiros mundiais, provoca novos desregulamentos financeiros pela aumento da imprevisibilidade e do caos, pelo aumento da ganância e do lucro. Criando um processo multiforme de degradação da psicoesfera (das nossas



vidas mentais e afetivas e morais), em simultâneo com a biosfera. O perigo de uma Economia desregulada que só pode responder uma regulação Eco-Social.

Nas palavras de Edgar Morin (1993), “pôs em marcha uma competição infernal e insensata internacional que visa a procura a todo o custo de excedentes de produtividade, que em vez de repartidos entre consumidores, trabalhadores e investidores, são consagrados à compressão dos custos para novos excedentes de produtividade, desregulando os ritmos humanos e os equilíbrios civilizacionais.

➤ A Desregulação Demográfica Mundial

A desregulação demográfica é um dos fatores mais importantes, neste processo civilizacional agonizante.

O crescimento populacional foi de tal ordem – em 1800 a humanidade situava-se nos mil milhões de seres humanos, hoje andarà pelos 7 mil milhões, em apenas 200 anos cresceu milhões de vezes mais que toda a história humana neste planeta.

As possibilidades de subsistência da humanidade face aos recursos e exigências tecnológicas começam a escassear, com a previsão de fomes generalizadas, falta de recursos potáveis, migrações em massa, convulsões sociais e políticas em consequência.

Esta situação mais grave é quando a subida demográfica se verifica nos países em desenvolvimento, ou pouco desenvolvidos e portanto “obrigados” a empurrar o mundo para a combustão fóssil, que destrói a nossa biosfera.

Na verdade a dimensão da situação da explosão demográfica ainda incontável no terceiro mundo, que pode atingir no final

deste século uns dramáticos 45 milhões de cidadãos planetários!

E mantendo-se o nível de

➤ A Crise Ecológica

A Crise Ecológica interliga-se com o paradigma de desenvolvimento humano, que desde o século XIX, através da implantação da sociedade industrial e do capitalismo acumulativo, gerou uma ideia de desenvolvimento infinito, num contexto planetário de recursos finitos.

Como vimos já, desde o século XIX que a sociedade industrial está organizada de acordo com o modelo mecano-productivista positivista: progresso científico=progresso técnico= desenvolvimento económico= progresso socio cultural.

A destruição da biosfera, traduz o aspeto meta nacional da destruição do ambiente, planetário do perigo ecológico. A primeira denúncia ou alerta surge em 1969 com o relatório Meadows, pelo clube de Roma em 1972. A partir daqui as denúncias e profecias apocalípticas sucedem-se face à evidências dos resultados de um desenvolvimento baseado apenas na Tecnologia e o grau de destruição quer das espécies, quer dos recursos, quer dos equilíbrios ecológicos, quer da biosfera.

As catástrofes ecológicas que seguem são determinantes para o cimentar da ideia do caminho para o desastre: Seveso, Bhopal, Three Miles Island, Chernobyl, seca do Mar Aral, poluição do Lago Baical, cidades no limite da asfixia (México, Atenas). Percebe-se que a ameaça ecológica ultrapassa fronteiras: p.e. a poluição do Reno diz respeito à Suíça, à Alemanha, Holanda, França, Mar do Norte. Chernobyl invadiu e ultrapassou o continente europeu, etc...



Contaminação das águas, envenenamento dos solos, chuvas ácidas, depósitos de resíduos perigosos, desflorestação, urbanização maça das zonas costeiras, as emissões de CO₂, intensificando de estufa e diminuindo a camada de ozono, aumentando o buraco de ozono na antartida, enfim um mundo em completo perigo pela via de uma descontrolada tecnologia e em nome de um tipo de desenvolvimento, de uma via só

➤ Crise do Desenvolvimento

A questão do desenvolvimento, e da crise do modelo que tem vigorado, pela policrise que criou, é fulcral na mudança que pretendemos operar na existência do ser humano atual, com o paradigma Eco-Social. Esta noção unidimensional de desenvolvimento está associada à aquisição, ao ter, à matéria, ao desenvolvimento da tecnologia, destruindo séculos de cultura humanística e tradição, de crenças e tudo aquilo que construiu a alma humana e as relações, por uma conceção utilitarista da vida e das relações humanas e sociais. Uma visão não humana e hiper racionalizada da vida e das sociedades.

A Crise da Ideia de desenvolvimento existe porque ao invés de a visão unívoca do desenvolvimento conseguir unir a humanidade e colocar os seres humanos em situação de grande felicidade e sustentabilidade para o futuro, aliando a ciência à tradição.

Mas nada disto aconteceu, a Modernidade separou tudo, cultura e humanidade, Tecnologia e história, filosofia e ciência, progresso e espiritualidade, ação instrumental e ética.

Desuniu os seres e colou-os, desamparados sem cimento

ideológico/cultural, mas mãos de um pensamento obsessivo aquisitivo e vazio. Porque os dois grandes modelos em que assentou o desenvolvimento partiram de dois paradigmas económicos – capitalismo e socialismo – diferentes – um assente no mercado (capitalismo), outro assente no Estado (socialismo) como os grandes motores do desenvolvimento social, cultural, humano. Partiram de uma premissa da variedade que o ser humano é composta, o desenvolvimento económico, portanto unidimensional, capaz de mobilizar um desenvolvimento total. Afirmando-se no entanto totais, como pretendia a Modernidade, acabaram por se tornar, ainda que demodo diverso totalitárias e portanto colocando definitivamente em causa o desenvolvimento global pretendido. De um lado o Mito do Mercado e o outro o Mito do Estado, ambos como solução para os problemas que a Revolução Francesa e Industrial vieram mostrar ao mundo, como a imensa desigualdade, a injustiça, a pobreza como causa divina e não social e económica, a doença grassando também aos designios divinos. Contrapondo a tudo isto uma nova fé na Ciência nascente e seus derivados as técnicas e tecnologias.

A visão Económicista, quinquenal do Socialismo, ou tecnologica/consumista, são ambos bárbaros na sua aplicação, porque tendo por ideal primeiro a superioridade do pensamento positivo e da Ciência sobre os demais conhecimentos, eliminando-os de modo bárbaro, erradicando-os lenta mas gradualmente das universidades. No caso do capitalismo, ou dos países capitalistas, a espiritualidade e o conhecimento folclórico e a filosofia, ainda impante nos anos 60 do século XX, mas acabou derrotada totalmente pelas tecnologias. No caso do Comunismo, a espiritualidade e o conhecimento tradicional foram transformados em meros mitos explicáveis à luz da razão e do ideário Comunista que,



como Nietzsche expulsou Deus do universo Humano. A submissão da humanidade a uma razão mutilada e a um pensamento cego - que tinham por base um grande ideal de fraternidade e de abolir a exploração do homem pelo homem paradoxalmente - conduziu o Comunismo à sua auto destruição por não ter capacidade de regeneração, não abrindo espaços à respiração do pensamento; ao estado agónico da outra forma de socialismo, a social democracia, porque dependente do capitalismo financeiro e da capacidade da economia de manter unidos entre si os objetivos de redistribuição (através da valorização do trabalho e do Estado Social de suporte na doença e no desemprego), acabando engolida, após o fim do comunismo pela Neo liberalismo que deixa para trás o ideário fraterno, mas continua com a destruição das sociedades e da natureza.

A grande lição é que tudo o que é económico e tecnológico é mais bárbaro que civilizador e portanto deve estar integrado numa política do Homem e do Planeta, de uma política de Civilização.

O Desenvolvimento terá de outra forma: o desabrochar das autonomias individuais e, ao mesmo tempo, o aumento das participações comunitárias, desde as participações proximicas às participações planetárias. Mais liberdade e mais comunidade. Mais ego menos egoísmo (Morin, 1993).

Ao contrário do Desenvolvimento total, nos países ditos desenvolvidos nos planos económico/tecnológicos, o subdesenvolvimento é a característica principal porque ela está no centro do ser, situa-se no plano moral, psíquico e intelectual. Penúria afetiva e psíquica, miséria mental alimentada pelos vorazes financeiros, proliferando com as ideias ocas e visões sem perspetiva global. O aumento das qualificações, meramente técnicas e

especializadas, aumenta em proporção o subdesenvolvimento relacional, ético, do próprio sentido do ser e do amor. E tudo isto acompanhado pela destruição bárbara do eco-sistema, a que não se corresponde uma emergência fraterna e de desenvolvimento de uma consciência "simpática".

Enquanto este subdesenvolvimento psíquico - espiritual durar, as nações que pretendem se desenvolver do mesmo modo que os desenvolvidos cometem os mesmos ou piores erros, pois efetuam dum desenvolvimento desordenado, sem metas ideológicas, baseado na exploração e degradação social e ambiental. Em todo o mundo cresce, por inverosímil na Era Planetária, um número crescente de exércitos privados, de retorno dos fanatismos nacionais e religiosos, sem um centro ou uma organização humanista capaz de impor o ideal de Civilização versus Barbárie. A miséria material dos desenvolvidos contribui para a miséria económica dos subdesenvolvidos e tudo isto contribui para a corrupção geral, o avanço do crime global, os políticos das democracias autênticas reféns desta nova ordem, dos novos senhores do mundo, que mandando no capital, brincam com a desordem mundial.

➤ A Balcanização do Planeta

Ora a desordem mundial gera uma "balcanização do planeta", mergulhado em guerras dispersas entre nações, ou novas guerras da Religião, genocídios em série, guerras civis, movimentos desordenados e ou desorganizados, guerras "frias" pelo domínio dos recursos energéticos e todos os outros.

Não existe um centro em concreto. Mas os grandes Estados-nação estão confrontados com problemas que os ultrapassam.



Problemas de dimensão planetária como da Economia, do Desenvolvimento, da Civilização Tecno – Industrial, da Degradação Ambiental, da Escassez de Recursos, do Tráfico de Seres Humanos e da Nova Escravidão, deixam impotentes os governos e os Estados, gerando reações em cadeia de novos nacionalismos e fascismos, uma recolha sobre si mesmo traz novos perigos de guerras e antagonismos. E os antagonismos entre as nações reativam o antagonismo das religiões, principalmente nas “velhas” zonas nucleares do mundo, como a Índia e o Paquistão, ou no Médio Oriente. O antagonismo entre modernidade e tradição, agrava o antagonismo entre modernidade/fundamentalismo, alimenta dois fundamentais : o antagonismo Norte /Sul e Ocidente/Oriente no Planeta (Morin, 1993)

Estes antagonismos, constituem-se verdadeiras zonas sísmicas mundiais, zonas mescladas etnicamente/culturalmente e ao nível religioso, como a que vai da Arménia/Azerbaijão até ao Sudão, com fronteiras arbitrárias, pseudo Estados, exasperações de toda a espécie.

Deste modo, e enquanto durante o século XX a globalização económico/tecnológica criava uma civilização global, a Tecnopolia, também retalhava pela força do Novo sobre o tradicional, um tecido planetário único em Nações e Regiões, conduzindo a duas guerras mundiais, à guerra fria, e no século XXI a uma espécie de guerra planetária generalizada, mas não assumida, pelos senhores da Tecnopolia. Uma Era Bárbara se instala e balcaniza o mundo, confrontado com a II- Hiper Escolha: Civilizar ou Morrer.

III. A Escolha Eco – Ética e Social

Perante esta escolha, expostos, temos de conceber um novo modelo de relações sociais, baseado no paradigma Eco- Ético e Social. Um modelo que deve basear-se na reconstrução dos laços sociais, com a natureza e de economia suficiente.

Como diz Ruffié (1988), daqui para a frente temos de nos guiar não pelos interesses de dinheiro, mas sim pelos interesses do homem.

Os governos são tentados apenas a gerir as Crises, mas sem êxito apenas as prolongam porque têm de fazer escolhas de fundo e de alteração do padrão de organização, e sózinhos sentem-se impotentes face à avalanche de poderes mais fortes globalizados.

Uma das escolhas essenciais é conseguir que novas formas de cooperação Eco-Socio-Económicas, baseadas na cooperação, ou seja conseguir níveis de organização transnacionais, reunindo Estados/Sociedades, unidos por fatores geográficos/culturais/económicos e ou outros, mas que permitam sobretudo, evitar a urgência da disputa, pela emergência de uma Economia Transnacional, Cooperativa e Suficiente. Novas organizações que partilham, e criam redes internas de comunicação rápida, gestão da energia, água, recursos alimentares. Urge a criação pois de um paradigma de estrutura orgânica organizativa que supere a noção de identidade nacional, por uma base de identidade supra nacional (por exemplo Europa; ou a Lusofonia em países de língua portuguesa). Um país, mesmo poderoso,



depressa deparará com o malogro total se quiser mudar a forma como funciona a “máquina mundo sócio-económica e política”, devido ao poder dentro da máquina mundo que “a cultura agressiva do lucro e da ação meramente instrumental/individual”, possui colocando os “rebeldes” no plano da exclusão, sejam indivíduos e ou nações.

O Modelo Eco- Ético e Social

- O Caminho Múltiplo

1 - Progresso como evolução dos Valores

Toda a conduta humana é manifestação de um propósito e ou intenção de satisfazer uma necessidade em contexto e ou situação, sendo que essa energia deve ser guiada por caracteres que tornem desejável essa realização. Esses caracteres são chamados valores.

Os valores expressam a relação que existe entre a pessoa e seus juízos de valor e o objeto em questão. Relação que pressupõe ação, pois ao reconhecer esses valores tendemos a aproximar-nos deles.

Os valores são sempre vivenciados individualmente, mas no contexto social extraem da cultura as formas de comportamento e as experimentam. Atua na sociedade de acordo com os valores que a sua cultura lhe confere. Por isso os valores são distintos conforme o ambiente social e cultural dominante olham os atos do Homem.

A Ética poderá ser pois um conjunto de normas que dirige o homem para um fim. A felicidade por exemplo é um fim em si, mas de perspectiva variável culturalmente. Dá sentido ao comportamento do ser humano.

Costuma-se classificar os valores em absolutos e relativos. Sobre os primeiros pretende-se construir uma moral baseada autoridade absoluta, exterior ao homem, criadora de

valores universais e permanentemente válidos.

A crise de valores da nossa época é negá-los. Os valores absolutos são considerados ideais, abstrações a atingir. Só existem valores relativos porque são temporais e próprios da pessoa e ou grupo que os realiza.

Na verdade os dois fenómenos de relativização dos valores e a opção por uma vida sem reflexão sobre a ação, dominada pela consumo como antivalor decisivo, colocam sobre a Ética uma pressão grande para ressurgir, tendo sempre como rival a moral, ou a visão acultural da ação humana.

A centralidade dos valores, e portanto de uma Ética, é uma necessidade imanente e de prova de vida, face à tecnologização.

A ética, pois, esclarece-nos que valores são princípios ou ideais que se impõem como categorias que devem conferir sentido aos comportamentos/conduas do homem na cidade (na polis), por exemplo, os valores da dignidade e da justiça social. O tempo que vivemos é o que Lipovetski define como do “Efêmero” ou do “Vazio”. Efêmero e vazio implicam um declínio dos valores éticos na sociedade, ou no contexto das relações sociais.

A centralidade dos valores éticos no campo do Serviço Social (como aliás no campo das relações sociais), extrai daqui um conflito base, é o novo contexto onde o Serviço Social actua e interage com os campos do conhecimento e da regulação social. E há um novo contexto, derivado da globalização informacional ou da sociedade da informação (Castells), que nas palavras de Fernandes (2007), reforça a cisão (face à tradição e à modernidade), da tríade verdade - bem e belo, desvalorizando o ideário dos valores éticos, pelo declínio da modernidade.

O Paradigma Eco-Ético e Social é assumidamente um projeto de Valores (ético), um projeto que questiona o Ser Humano em construção, e o mundo (eco) em que se constrói.



E portanto um processo ao qual não chega apenas implicar o Código Deontológico, como vimos anteriormente, isto é tem de se implicar naquilo que se define como a “promoção do bem-estar, o auto conhecimento e a valorização dos indivíduos, grupos e comunidades..”, ou seja, eticamente, tem de definir bem melhor o que é o Bem-estar, partindo de uma perspectiva ecológica, ou seja, que não é sem dúvida mais mercado, mais consumo, mas mais ser, mais dimensão consciente, outra dimensão que não seja de aquisição, mas de encontrar, no processo associativo e cooperativo, para além do interior, dentro de si próprio, os recursos que a comunidade não consegue já possuir, ou oferecer. Participação consciente na construção da vida pessoal e da sociedade.

Consciente, ética e ecologicamente envolvidos na participação de uma vida económica suficiente, espiritual e culturalmente enriquecida, por uma participação política total e comprometida.

O referencial ético, ou seja, a construção do sujeito ético, presume a atualização do conceito ético, em cada um dos valores que nos implicam numa nova retórica do Ser, liberto do domínio do ter, das “coisas”, porque a ética nos convoca para as causas e não por coisas, as coisas tem preço, o homem dignidade (Fernandes, 2007).

Ora a construção dessa dignidade, passa pela centralidade dos valores, como participação consciente, na vida em sociedade, como consciência vital do mundo, que ultrapassa a mera conceção do aumento de renda, e o processo limitado ao consumo, como centro de uma economia de “recuperação” da exclusão, que convoca medidas tão importantes como o RSI (ou Bolsa família no Brasil), para uma visão, limitadora (de senso comum, mas de encontro ao consenso consumista), em torno, dos gastos com o consumo de bens, como “pequeno

almoço em café”, objeto da crítica, pela classe média (em queda segundo Elisio Estanque,...).

O Bem estar, diz respeito á dignidade, que se funda na liberdade, que tem centro na equidade e não discriminação, cujo foco é a justiça e seu acesso equânime, e cuja responsabilidade social dos agentes é fundamental, diremos mais, Responsabilidade Eco-Social: com o ser humano e a natureza.

O projeto éticovincula-o a “uma construção da ordem societária que permita o desenvolvimento dos seres humanos, salvaguardando o equilíbrio ecológico e os direitos das gerações vindouras”.

Pelo que a prática ética, dos valores, e a sua centralidade, é uma prática ecológica, porque parte, hoje da construção de novas sociedades baseadas em recursos escassos, e no risco global ecológico. Os valores em construção, implicam a cooperação e associação, a economia suficiente social, a partilha desses recursos.

Dignidade e não aumento de capacidade de consumo que pode presumir, colapso imediato e insustentabilidade para as gerações futuras.

Centralidade dos valores e da dimensão eco, global, na prática profissional, e na conceção do ethos do serviço social.

Ciência e técnica – com consciência e ética, predominando do centro de uma ação, eco-ética. Uma nova Ordem ética, cuja centralidade seja ecocêntrica, visando o equilíbrio da comunidade terrestre. Para isso, o processo de desenvolvimento ético do serviço social, é organizar-se de acordo com o paradigma, e ser a ponte para a aliança necessária entre as pessoas e povos, de modo a serem aliados neste processo de transição dolorosa, para uma economia suficiente e de rejeição dos devedores do Mercado, aliados uns dos outros, sob o signo da fraternidade, no campo da justiça social e da visão eco-social (ecologia-economia e sociedade) como uma reconstrução da solidariedade, a partir de baixo, da experiência ética com o outro (que é também um



coletivo – comunidades e nações), capaz de reorientar o Estado Social, não para a submissão a um Estado Privado e delapidado, mas um Estado Gerido, pela comunidade, subjacendo a ética do bem-comum, da redistribuição, do PIF, como objetivo, do SER como ómega ponto de asserção.

A ética é central para a recuperação do Ser, como profissional de valores e do cidadão, como cidadão de partilha, averso ao utilitarismo. Uma ética, estética.

Sem dúvida que a emergência e a generalização da tecnociência explicam, a necessária deslocação da ciência, para a centralidade dos valores, ou seja uma ciência também moral. Porque a ação substituiu a contemplação, e portanto a inscrição ética é fundamental, é uma marca que terá definir a centralidade da ação, que sucumbiu, num tempo á neutralidade científica.

Como nos diz Prigogine, “uma ação manipuladora, criativa, mas respeitadora da natureza”, ética em suma! Uma ética que será das coisas, mas também das pessoas.

Uma epistemologia estética, que permite á ética, demonstrar como a centralidade dos valores é necessária para evitar que a barbárie se instale na produção do sistema científico, e em particular, na construção das tecnologias sociais, como “produtos”, ou evangelhos da comunidade científica, porque os objetos empiricos se situam fora da comunidade científica e seu uso e ação escapam ao próprio controle, Uma epistemologia estética, porque ética!

2 - Principio da economia suficiente e do consumo saudável

Contra a economia do crescimento

ilimitado, para uma economia do suficiente, centrada na vida das pessoas, na natureza, portanto não supérflua, que seja ecológica e portanto se interligue e aproveite os recursos, de forma não exploradora, mas integradora, na participação de todos na sua sobrevivência e meios de vida. Escolher formas ético-eco-solidárias, mais nobres e espirituais, cada satisfação tem

O foco, é como ir mais além face a este quadro reconhecido e conquistado no propósito do empowerment ecológico, que é sócio-político das populações. A reconstrução económica é essencial. Vimos em Boff (1996), que um dos movimentos essenciais é contra a economia do ilimitado, mas por uma economia do suficiente, num contexto de recursos escassos, mas ilimitadas alianças entre a ciência, a tecnologia, a natureza e o ser humano.

O coletivo toma novamente importância pela organização de comunidades de “economia suficiente solidária”, sem desperdícios, avessa á acumulação, á competitividade, á exploração humana. Partilha é a base.

Atacar a solidão, do idoso abandonado, por uma nova política de comunidades, utilizando as redes tecnológicas de alerta, utilizando uma espécie de sentinelas permanentes; mas também atacar a solidão daqueles que se refugiam por assumirem na psicoesfera dominante que foram os perdedores do mercado; unindo os sobre endividados em grupos de partilha e comunidades de mercado solidário, assumindo em grupo os processos de mudança para uma vida útil, suficiente, não orientada para o consumo e de combate aos mercados, aos agentes financeiros á agiotagem. Cooperativas, associações, mutualidades, todo o tipo de organizações, cujo escopo e fim é a reintrodução do principio da crença na bondade, na comunidade contra a exploração e pelos principios da não acumulação, da liberdade sem ter como condição a adesão ao mercado usurpador da mesma, da solidariedade real na conquista de processos colectivos identificadores de pertença. Requalificação humana por um



ethos consistente que afirme na práxis a alternativa da participação real, da libertação do mercado pela construção de mercados alternativos, de produção conjunta de energias renováveis ao serviço de todos e não de elites de condomínio.

Diz, Álvaro Santos (2011), “a ética não é um mero código normativo...Ética é o instrumento pelo qual a profissão reflete sobre o mundo onde está inserida”. Nesse sentido e tendo em conta os princípios éticos, e a análise social, que em Tony Judt (2011), nos indica que “há algo profundamente errado na maneira como hoje vivemos. Durante trinta anos consideramos ser uma virtude a procura da satisfação material: de facto, essa procura constitui agora o que resta do nosso sentido de vida coletiva”.

Mas, se o que nos resta é só isso, é porque perdemos a noção do bom, justo, correto em proveito de um projeto neo liberal que iniciou a ascensão nos anos 70 do século passado, e hoje pagamos a longa fatura. Ecologicamente, sociologicamente, politicamente, economicamente, imbricadas que estão as áreas, temos o dever de repensar que o que apresentávamos como objetivo, o progresso humano tem de ser redefinido, redimensionado, não meramente para uma conceção materialista, mas acima e sobretudo de realização global do ser humano, que no mínimo passará por um mercado suficiente, controlado por comunidades exigentes e solidárias e portanto, refundadas. Antes pois, de propormos, deveremos repensar a formulação do que significa progresso humano, hoje, á luz de uma narrativa liberal que oferecia felicidade = consumo, confundindo-se com progresso.

Ora no processo em curso e num modelo centrado nos pressupostos ecologistas, simultaneamente multidimensionais e assentes

no paradigma da complexidade, consumo e progresso não são de modo nenhum, forma e consequência, não se trata de mecanicismo social (modelo Newtoniano da Física)! Será mais um pressuposto quântico, aonde convergem os fenómenos mais complexos de auto-eco-organização, que produz autonomia dos próprios fenómenos (Morin, 2001); daí que os fenómenos antropossociais, não poderiam obedecer apenas a um princípio, aparentemente intelegível de progresso= + consumo = - pobreza e exclusão. Por isso, ainda Morin(2001) é necessário enfrentar a complexidade e não dissolvê-la ou ocultá-la.

Sendo verdade, que as definições das finalidades do Serviço Social, apontam para uma demanda pelo aumento do rendimento disponível, pelo aumento da base mínima de sobrevivência, pela educação e formação universais, buscando o desenvolvimento individual e colectivo; esta situação não pode ser compaginável com o ideário da economia de Mercado, pois, no seu limite explorativo, não contida pelas barreiras da mediação dos Estados, é contraditória com maior inclusão, e assente numa pedra angular, o Consumo, nas práticas do Serviço Social, no contexto das democracias representativas, ocidentais e de Estado Social; as finalidades do Serviço Social comprometidas com uma economia baseada no consumo e uma visão unidimensional da natureza e fenómenos humanos.

Capacitação para aumentar o consumo, como empowerment e crescimento, sem perceber, que numa sociedade que vise o consumo e o lucro, os níveis de consumo desiguais, fazem crescer fossos inultrapassáveis e barreiras, para além das sociais, psíquicas, de descrença e de revolta, contra as formas de democracia, participação e solidariedade apresentadas, porque mais que se aumente o consumo, este nunca alcança o poder de quem faz mover o mesmo.

E, de outro modo, esquece, os efeitos nefastos desta teorização do consumo como processo de integração, no meio ambiente e nas relações



humanas baseadas no hedonismo, na desvinculação e no interesse, na desumanização, na tecnologização das relações e dos fenómenos antropossociais.

Antítese da capacitação, envolvimento, participação, solidariedade, auto- construção decisória no desenvolvimento bio psico-socio espiritual, porque dependente por essa via apenas da estreita saída, **O Consumo**, de uma estrutura não só dominante, como alienante, desviante, eco destruidora, cujas finalidades não são as mesmas que as identificadas com as do Serviço Social.

É o que dizíamos, os interesses dos diversos actores, numa eco-sociedade dominada pelo mercado, são tão divergentes, que não permitem manter o facto do Estado Social, no contexto da terra planagem, nas palavras de Polany (2011..), ou da sociedade de Mercado. Daí que, ao invés de um caminho irreversível para o fim dos fenómenos da pobreza e da exclusão e um caminho aberto para a participação pró activa para a democracia decisória (governança participada/ substituindo a democracia representativa), e claro para o Ethos fundamental da solidariedade, temos uma população de rendimentos baixos e outros níveis ou camadas sociais, ditas da classe média, também em descenso na escala social, caminhando na irrelevância de um mundo que vai prescindindo de milhões de seres humanos, como também da própria natureza vai prescindindo, como deuses omniscientes. Estes fenómenos criam estupefação, desespero e descrença nos profissionais de Serviço Social, envolvidos nos anos de formação, pelo manto da mudança e transformação social, pelo carácter contraditório, mas directamente ligados com a Complexidade Antropossocial e dos fenómenos que produz.

A base, falando do Ethos, que temos de partir é outra, e remete

Como observamos atrás, mudar a economia, no campo de uma economia suficiente, é uma escolha política, democrática, terá ir além da

democracia política, reforçando a democracia participativa (decisória), pela democracia económica.

A democracia económica e a economia suficiente são dois elos, deste mesmo processo. Por um lado, democratizar a economia significa retirá-la do domínio dos Grandes grupos Multinacionais que a dominam.

Para isso é necessário é necessário um aumento de consciência da mudança de estilo e padrões de vida, tomando, simultaneamente consciência do vazio e possibilidade de radical empobrecimento que o consumismo doentio conduz cada ser humano nesta sociedade (Fromm).

Esta tomada de consciência está a ser dolorosa, pela via da pauperização de quem antes tinha acesso a todo o objecto de consumo. A brutalidade acumulativa, está a criar o axioma fundamental, *uma economia suficiente- uma economia saudável*, uma economia livre do consumo doentio. Esta mudança não ocorre por decreto, mas no quadro de um movimento, inspirado nesta nova consciência, movimento que na prática possa se apropriar dos meios de produção, ou que possa definir, como Movimento, influenciar, o que não é mais necessário como consumo de massas, princípio aliás também a abolir.

3 - A Tecnologia socialmente apropriada

A democratização e solidariedade social só pode funcionar hoje a partir do controle fundamental e apropriado pelos cidadãos das tecnologias, cuja posse está concentrada em poucos setores mundiais, em conjunto com o financeiro, que tem construído um mundo do consumo e do aprofundamento da exclusão social. A Tecnologia domina o mundo e com ela dominam aqueles que controlam de modo não democrático



o mundo deste e num processo quotidiano.

A Tecnologia tornou-se de per si não só o desígnio mais importante ao nível social, como passou a definir a vida cultural das sociedades, que fatalmente, por falta de alma e ser, se torna num processo alienante, que desfoca as relações humanas e sociais. Passando a ser o centro das trocas, em detrimento da verdade e da ética, fragilizando as trocas emocionais e as organizações coletivas.

A grande questão que se coloca é se a tecnologia está socialmente apropriada ou não. Ou seja se a difusão pelo consumo e pela facilidade de contato em rede significou socialmente uma forma clara de democratização das tecnologias?

Na verdade, podemos ir além mais, se a tecnologia conseguiu mais integração social, menos exclusão social.

Ora a Tecnologia, considerando com particular ênfase as atuais de informação de acesso individual, planetário e a qualquer nano segundo, se espalhou a informação e possibilitou partilha do conhecimento, no entanto, e porque gerida por detentores do poder Tecno/financeiro, ela é sobretudo, uma forma de controle e amorfização so ser humano, que vendo facilitado ao acesso ao conhecimento, produz menos esforço e entrega em troco dessa sublime facilitação, a sua vida toda a um novo mundo cibernético dominado por redes complexas tecno-industriais cujo objetivo último é o domínio financeiro, controlando psicologicamente/socialmente e culturalmente os povos pela uniformização das necessidades criadas pelos próprios poderes, com conseqüente aumento da exclusão social, entre os que detém o domínio tecnológico e aqueles que estão excluídos do próprio acesso, que hoje é de um abismo atroz.

A Tecnologia é pois um fator eco-social de descontrolo e produtor de exclusão.

Só a a apropriação da Tecnologia pela sociedade, pelo social, de um modo eco-social, ou seja que não produza danos na natureza e na biosfera, e não produza mais exclusão, poderá servir de libertação ou motor de liberdade e expansão espiritual, e não de nova forma forma de

escravidão, como atualmente se apresenta.

A apropriação tecnológica passa pelo controle pelos cidadãos, organizados de modo associativo/cooperativo e partilhado, dos conteúdos e dos proveitos, entre todos.

Só deste modo é possível uma Tecnologia socialmente apropriada e eco-social, sem degradação humano/social e da biosfera. Tecnologia Humanista e Eco-Social, inclusiva e controlada socialmente por organizações de cidadãos e pelos Estados, de modo democrático, associativo e cooperativo.

Em suma a tecnologia deve ser socialmente apropriada na medida em que deve produzir bens para todos e não apenas para minorias; ao mesmo tempo que deve propiciar formas de participação e controle que escapem da alienação; sendo também ecológicamente apropriadas, no sentido em que não podem destruir os ecossistemas regionais e garantir o seu futuro no amor às gerações futuras (Boff, 1996).

4 - Reconstruir Comunidades através das redes solidárias

As novas comunidades não podem se basilar apenas numa perspectiva nacional, tem forçosamente de se construir a partir do processo de globalização, mas numa perspectiva global. Ou seja não se podem confinar a bases estruturais nacionalistas, mas de comunidades de partilha internacionais. Ou seja por um lado formam-se comunidades mais pequenas de base cooperativa, por outro se obrigam a partilhar recursos, a partir de um centro Mundial, Governo Mundial Democrático, que estipula os limites de exploração de recursos e as necessidades em conjunção com todas as



comunidades e suas culturas que são património humano.

São primeiro Comunidades ecológicas, que percebem que todo o sistema “Gaia”, Planeta, está estruturalmente interligado e não pode haver rupturas locais que não sejam globais.

Por isso os Estados Nacionais, embora funcionem, serão eles próprios apenas uma estrutura organizativa intermédia, que assegura o bem comum, a redistribuição, a justiça próxima e uma segurança e serviços de saúde comunitários, de acesso geral e global, geridos localmente, a partir de uma estrutura Estatal que garante os direitos de cidadania e os deveres do cidadão das comunidades.

Na verdade temos de criar alternativas ao modelo social vigente face à tendência de apocalipse social eco-social vigente. As alternativas passam como vimos atrás, pelas comunidades, como moléculas que se impõe como atores sociais e se organizam em grupos criando um outro espaço pós-urbano, não fragmentado, que quebre e destrua os espaços estanques eco-sociais, criando espaços vitais de comunicação, ou seja redes entre os “bairros” como vasos aonde o “sangue” humano possa circular com grande fluidez, através da solidariedade.

Retirando do centro os valores do consumo, da acumulação financeira e tecnológica, do lucro e da alienação, comunidades verdadeiras de partilha e solidariedade podem ser construídas. Comunidades baseadas no Ser e nas dimensões eco-sociais-culturais e espirituais da humanidade.

As dimensões da felicidade total, em comunhão e em modo de realização individual. Por isso capazes de serem solidárias ente si, mantendo a maior riqueza: as capacidades de criação humana exponenciadas e valorizadas até ao limite.

5 - Princípio da não Competição

O princípio da não competição é o princípio essencial ou fundamental que norteia este Paradigma, pois é a partir de um novo instrumento organizativo, oposto ao atual, o princípio da competição no seu limite – a exploração -, que se reorganizam todos os outros instrumentos de intervenção que são aqui ora explanados.

O princípio da não competição organiza-se, no contexto societal a partir da formação de comunidades alternativas às do mercado, a comunidade dos indivíduos em relação, em relação de comutação comunicacional. Substitui-se a compressão, pela mediação associativa compreensiva. O modo associativo como contra poder do modo lucrativo em que mergulhou toda a sociedade. O modo associativo como forma de religação social, face à decomposição crescente do tecido social.

Mercados paralelos não lucrativos terão de nascer, buscando oferecer justiça e ética na relação económica. Ciência e técnicas espirituais aparecem juntas como terapia combinada para o bem estar individual e grupal.

A revolução informática e da net ao serviço deste encontro associativo, aonde toda a informação circula, desvendando a forma como o lucro corrompe o ser. As verdades mais inconvenientes saem á luz do dia, salta para fora do mundo da corrupção, do tráfico, dos paraísos financeiros aonde se esconde a ganância que suga 90 % do mundo e impõe a grave doença planetária da exclusão social.

6- Prática política com base na democracia em Rede, e na defesa das relações saudáveis com a natureza e a sociedade, fim do domínio das elites económicas.



Sendo de base cooperativa terá de ser democrática avançada. Deve basear-se também na reorganização do mundo, em torno da edificação de uma civilização do homem, cultura-política e espiritualidade comuns, uma resposta de união perante o drama da descivilização.

Porque os problemas fundamentais são planetários, conforme Lazlo (1994) nos transmite, a resposta aos mesmos tem de ser articulada planetariamente, numa vasta rede de organizações supra nacionais.

A disseminação das tecnologias modernas perturba, completamente, o equilíbrio demográfico das sociedades tradicionais (Lazlo, 1994). O aumento da esperança de vida, provocou na zona Asiática do Globo, assim como em África, um aumento demográfico tão significativo (Índia e China 2 biliões de habitantes!!), que os recursos de géneros essenciais escasseiem, e dificultem a capacidade de o próprio Planeta continuar a ser capaz de alimentar esta imensa “espécie”, O Humano. Os problemas dos recursos alimentares é uma das questões que a Bifurcação de carácter económico e social no Planeta Global, coloca, com o dramatismo tão intenso, quando associada a outras como, por exemplo o da energia.

A Dignidade Humana, Auto Determinação e a Segurança ficaram ligadas em definitivo no século ao consenso sobre o bem comum e a **democracia**, enquanto espaço ético-político de liberdade e participação cívica e de protecção social – ligando a aqui com a solidariedade, é portanto a qualidade e capacidade de regeneração da democracia fundamental para os restantes valores do Serviço Social na descrição, global de de falcão (...).

E na ligação á democracia, uma das Finalidades essenciais do Serviço Social, A Participação, profundamente correlacionada. Estes são outros dois campos do Ethos que a complexidade da mudança alterou completamente a estrutura da realidade social, e por consequência, as finalidades do próprio Ethos, que não os valores em si.

Outro do Ethos fundamental é pois o político, ou seja a democracia enquanto valor, e também enquanto regime político, nas palavras de... “não sendo perfeito, o melhor que a civilização conheceu”. Sim, o serviço social se implica socialmente de modo político apostando na democracia como valor decisivo para a realização integral do ser humano. Mas que democracia, pretendemos?

Eco-democracia, democracia económica, democracia decisória, ou directa por via do ciber mundo.

Há um consenso, ao nível dos diversos estudos, quer de opinião, quer da investigação sociológica e politologa, das insuficiências da democracia representativa actual (Tony Judt). As instituições parlamentares da “segunda vaga” (Alvin Tofler), foram criadas quer como democracia representativa, que permitia não anular o conflito mas que ele também ocorresse em sede de partidos institucionalizados que representariam sectores significativos da sociedade, do sistema produtivo (patrões/operários), cultural e ideológico (conservadores/sociais democratas/marxistas), centrando o conflito na disputa representativa, mas cujas decisões começaram a ficar aquém do que a evolução social, técnica, ecológica, económica necessitava.

O aparecimento da internet, mundo alternativo, sem representatividade e orientação ideológica, depois do desaparecimento lento, das ditas classes que cada área partidária representava foi a machadada no sistema democrático, que não sendo maioritário mundial, era de aspiração



dos diversos povos. Incapaz de acompanhar a mudança fica refém no seu casulo, com os deputados transformados em meros jogadores de parca importância, simultaneamente com a queda da concepção do bem comum, e dos Estados enquanto garantísticos desse bem comum, as populações sentem que a democracia representativa pouco as representa e que as decisões que afectam as suas vidas directamente não passam pelos parlamentos nacionais, e no caso da União Europeia, muitas vezes nem aí. Formas diversas, coma base no ciber mundo parecem estar a ser tentadas para substituir, mas os riscos de queda e caos, de retorno às experiencias traumáticas do século XX são enormes.

“ Se não respeitarmos os bens públicos; se permitirmos ou encorajarmos a privatização do espaço, recursos e serviços públicos; se apoiarmos entusiasticamente a propensão das gerações mais novas para cuidar exclusivamente das suas próprias necessidades (...) então não nos devemos surpreender com a diluição progressiva do empenho cívico nas decisões públicas” (judt, 2011).

O déficite democrático, é uma consequência deste desleixo (propositado nas hostes mais conservadoras), e da relação com as transformações tecnológicas, financeiras, que se interligam com o maior afastamento dos órgãos de decisão, por outro lado, com a as novas redes sociais mobilizadoras das novas gerações.

A insuficiência da democracia representativa manifesta-se neste déficite, que também é um déficite de representação! O declínio constante da participação da população nas diversas eleições no Ocidente democrático, mas também noutras paragens, revela, indiferença e muitas vezes uma crise de empatia em entre os candidatos e eleitores.

- A democracia terá de ser um combate do serviço social pela sua mudança – uma

Democracia Decisória, Participativa em formas diversas, de redes e campos, de afinidades, mas ultrapassando a retórica simples da representatividade.

- A democracia terá de ser um campo de eco-decisão, na medida do que dissemos anteriormente, em que introduz uma democracia económica ou suficiente. Portanto um projeto de progresso democrático holístico, complexo, global, assumindo não só as decisões políticas, mas claro, que tudo toca no todo, não há decisões políticas, há eco-democráticas decisões, que afectam todo o universo da tecnologia á sociedade, da biologia, á poesia e cultura.

Democracia diversa, decisória, não representativa, mas participativa, através dos Novos Movimentos das Redes Sociais, que se transformam em eco-ciber-socio-movimentos, passando de papel menor a papel decisivo nas decisões políticas pela consulta ao quotidiano sobre as formas de governança Mundo, e Governança Comunidades= Ciber Comunidades= Comunidades reais= Seres em evolução consciente.



Academia do Conhecimento
Portus Cale

REVISTA Portus Cale Nº 4 –

ANO III Junho 2016

POEMAS:

*Como um pássaro
perdido*

*a voz do mar
liberta as suas
algas omnipotentes*

*crescendo em
direção ao céu.*

David Rocha

Poemas Universais

*Narciso e biombo
Um o outro ilumina
Branco no branco*

*Num atalho da montanha
sorrindo
uma violeta*

Matsuo Bashô